



# BOLETIM SINDICAL

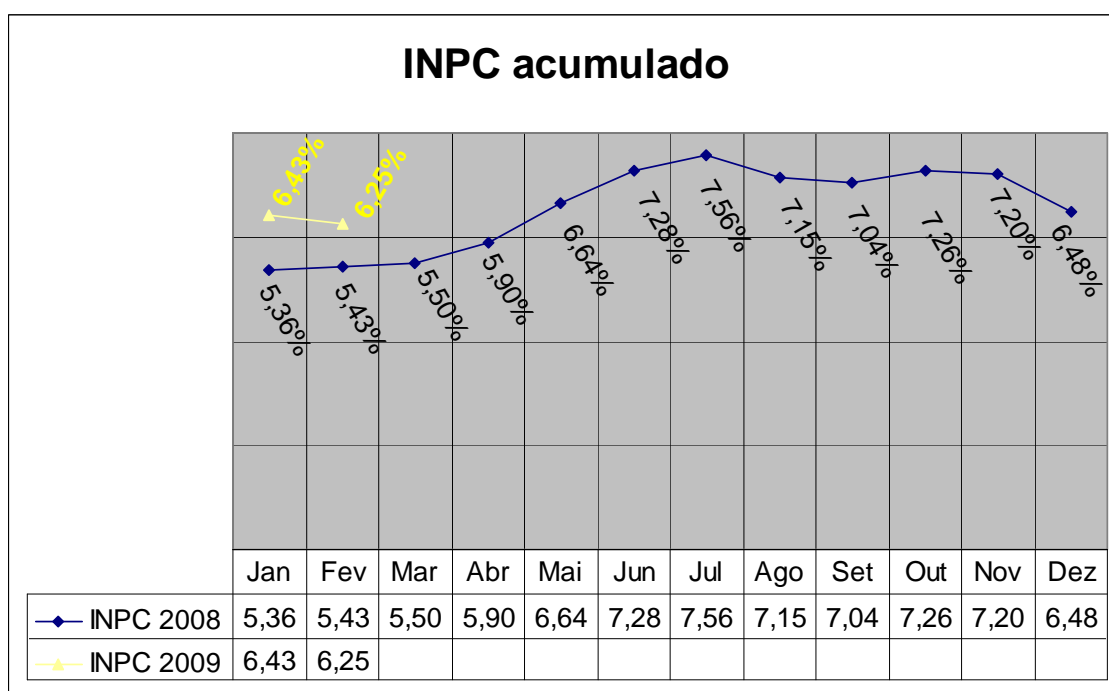
## ÍNDICES SINDICAIS

### NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO QUE A FIESP COORDENA OU É PARTE INTEGRANTE - 2009

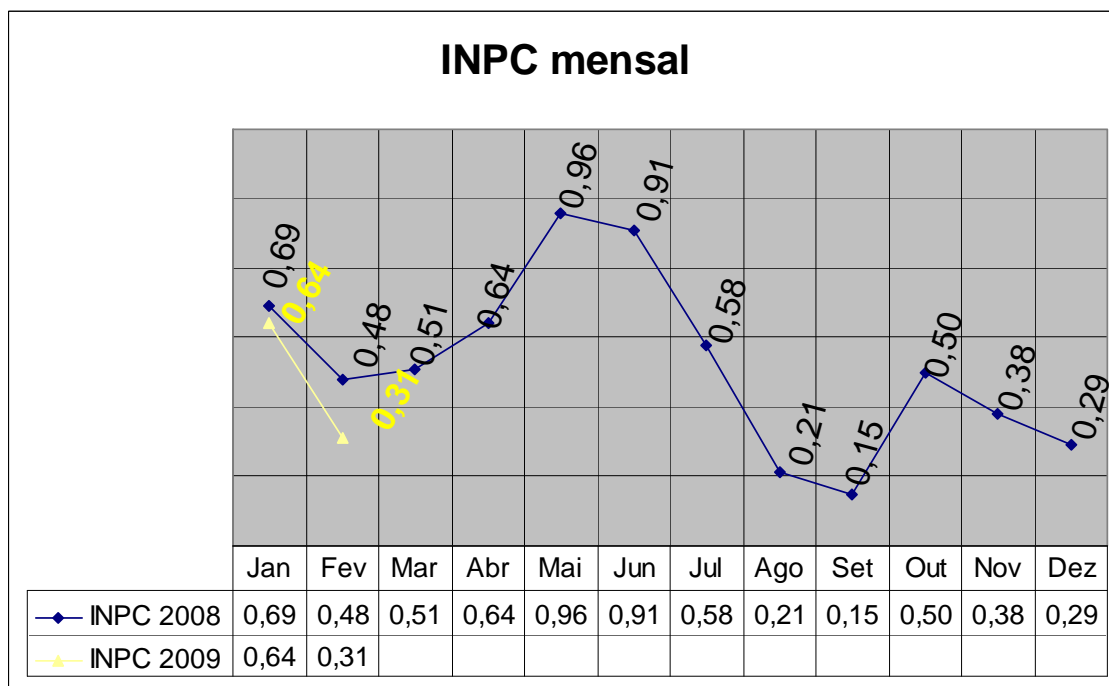
Categoria	Data Base	Reajuste (%)	Salário Normativo	INPC	AUMENTO REAL
Mobiliário de Ribeirão Preto	1/jan	8,00%	R\$ 685,00	6,48%	1,43%
Alimentação de Bragança	1/fev	6,50%	R\$ 609,40	6,43%	0,07%
Extrativas de Metais	1/fev	7,00%	R\$ 601,00	6,43%	0,53%

## INDICADORES ECONÔMICOS

- INPC – ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR



## INPC mensal



## ❑ ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### Piso Salarial para o Estado de São Paulo

Foi publicada no DOE de 04/04/2009 a **Lei Estadual nº 13.485/2009** que revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores do Estado de São Paulo, instituídos pela Lei nº 12.640 de 11 de julho de 2007.

Com a alteração do artigo 1º da citada lei, os pisos salariais passam a vigorar com os seguintes valores:

I) R\$ 505,00 para os trabalhadores domésticos, serventes, trabalhadores agropecuários e florestais, pescadores, contínuos, mensageiros e trabalhadores de

serviços de limpeza e conservação, entre outros;

II) R\$ 530,00 para os operadores de máquinas e implementos agrícolas e florestais, de máquinas da construção civil, de mineração e de cortar e lavar madeira, entre outros;

III) R\$ 545,00 para os administradores agropecuários e florestais, trabalhadores de serviços de higiene e saúde, chefes de serviços de transportes e de comunicações, entre outros.

IV) Os referidos valores passam a vigorar a partir de 1º de maio de 2009.



# BOLETIM SINDICAL

## **Prolongamento do prazo do Seguro Desemprego.**

Foi Republicada no DOU de 27/03/2009 A Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - **CODEFAT nº 592/2009** que aprovou os critérios técnicos que orientarão o prolongamento por até mais 2 (dois) meses a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores dos setores mais atingidos pelo desemprego, identificados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

O critério adotado pelo Ministério do Trabalho foi a comparação da média, entre 2003 e 2009, da evolução do emprego formal celetista de cada subsetor de atividade, com base no movimento dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro últimos, e terão por referência os subsetores de atividades econômicas expostos na referida resolução.

De acordo com a referida Resolução, a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) está incumbida de dar conhecimento às Centrais Sindicais e às Patronais sobre as concessões a serem concretizadas, imediatamente após a aprovação do Conselho.

## **Parcelas Adicionais do Seguro-Desemprego.**

Foi publicada no DOU de 31/03/2009 a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao

Trabalhador - **CODEFAT nº 595/2009** que dispõe sobre o pagamento de parcelas adicionais do Seguro-Desemprego aos beneficiários dos subsetores de atividade econômica e respectivas unidades da Federação, segundo critérios estabelecidos pela Resolução CODEFAT nº 592, de 11 de fevereiro de 2009, cuja dispensa tenha ocorrido no mês de dezembro de 2008.

A concessão do Seguro-Desemprego se dará por até mais dois meses aos trabalhadores dispensados no mês de dezembro de 2008, pelos empregadores dos subsetores das atividades econômicas pertencentes às unidades da federação que especifica o anexo da Resolução. Dentre os subsetores do Estado de São Paulo, destacamos: Indústria metalúrgica, mecânica, do material de transporte, da borracha, do fumo, do couro, de produtos farmacêuticos, de produtos veterinários, da indústria têxtil do vestuário e de artefatos de tecidos

---

## **Sistema Mediador - Instrução Normativa/SRT nº. 11/2009**

Foi publicada no Diário Oficial da União, de 25 de março de 2009, a **Instrução Normativa SRT nº 11**, de 24 de março de 2009, que dispõe sobre depósito, registro e arquivo de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho nos Órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego, revogando a Instrução Normativa SRT nº. 6, de 06 de agosto de 2007, que disciplinava a matéria.



# BOLETIM SINDICAL

Os requerimentos de registro de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho e seus respectivos termos aditivos deverão ser efetuados por meio do sistema MEDIADOR, as partes deverão transmitir todas as informações necessárias à validade do instrumento coletivo. O Sistema gerará o requerimento de registro de instrumento coletivo, que deverá ser assinado pelos representantes e procuradores de todas as entidades e protocolado no órgão do MTE,

acompanhado de procuração outorgando poderes, quando for o caso.

Verificada a regularidade das informações o registro do instrumento será realizado e ficará disponível para consulta de qualquer interessado na página eletrônica do MTE.

## JURISPRUDÊNCIAS

### **26/03/2009 Como substituto processual, sindicato deve juntar rol de substituídos.**

A Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TRT da 15ª Região negou provimento a recurso ordinário do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo, mantendo sentença da Vara do Trabalho de São João da Boa Vista – 123 km de Campinas –, que extinguiu sem julgamento de mérito um processo movido contra uma banda de música popular. O juízo da VT extinguiu a ação porque o sindicato não instruiu a petição inicial com o rol de trabalhadores por ele substituídos, e não o fez nem mesmo quando intimado a isso.

A entidade pretendia o pagamento da contribuição sindical por parte de componentes da banda. No recurso, pleiteou que fosse decretada a nulidade da decisão de primeira instância, alegando ter havido ausência

de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa por parte da VT. Em seu voto, o relator do acórdão no TRT, desembargador federal do trabalho Nildemar da Silva Ramos, assinalou que o recorrente descumpriu determinação judicial ao não discriminar os empregados que teriam trabalhado para a banda e em cuja remuneração deveria incidir a contribuição.

“O sindicato, quando atua como substituto processual, defendendo direitos próprios em benefício de empregados de determinada empresa, não pleiteia generalizadamente direitos da categoria”, lecionou o relator. Nessas circunstâncias, prosseguiu o magistrado, a entidade deve individualizar os beneficiários, apresentando uma lista com o nome de cada um deles, “para tornar efetiva eventual decisão de mérito”.

Em vez de apresentar o rol de substituídos, o sindicato requereu que



# BOLETIM SINDICAL

a VT de São João da Boa Vista determinasse à banda a apresentação de todos os contratos de trabalho de artistas e técnicos contratados por ela nos últimos cinco anos. “O que pretende a apelante”, rebateu o desembargador Nildemar, manifestando-se sobre esse pedido, “é a produção de uma decisão condicional transferindo ao Poder Judiciário uma função fiscalizadora que é própria dele, sindicato”. (Processo 1409-2007-034-15-00-3 RO)

Fonte: Notícias TRT 15ª região de 26/03/2009

## **26/03/2009 - Sindicato não precisa de autorização expressa de cada associado para atuar como substituto processual**

Conforme a atual interpretação do artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal, o sindicato representante de categoria profissional possui legitimidade ativa para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representa, independente da vontade dos substituídos e sem a necessidade de prévia autorização destes. Com esse fundamento, a 4ª Turma do TRT-MG rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa do sindicato para ajuizar ação trabalhista na condição de substituto processual, suscitada pela segunda reclamada.

De 1993 a 2003, o TST adotou a aplicação da Súmula 310, que limitava a atuação judicial dos sindicatos em defesa de seus associados, com várias restrições. Em 2003, a Súmula 310 foi cancelada, possibilitando a substituição processual plena. Desta forma, os conflitos trabalhistas poderiam ser resolvidos de forma coletiva. Com a

revogação dessa súmula, passou a ser admitido o ajuizamento de ações pelos sindicatos na defesa de interesses dos sindicalizados, a título de substituição processual (hipótese na qual o sindicato está habilitado para acionar a justiça em seu próprio nome, ainda que defendendo direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional). O cancelamento decorreu de interpretação do artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal, que autoriza o sindicato a atuar como substituto processual de toda a categoria quando o pedido for baseado em direitos individuais homogêneos, ou seja, direitos de origem comum.

Rejeitando a preliminar suscitada pela segunda ré, o desembargador relator, Júlio Bernardo do Carmo, salientou que, por se tratar de ação proposta pelo sindicato da categoria profissional, na condição de substituto processual, não há necessidade de autorização expressa de cada associado individualmente, com prévia aprovação em Assembleia Geral da categoria.

Ao rejeitar os argumentos da ré, o relator enfatizou que a regra prevista no artigo 5º, inciso XXI, não pode ser confundida com o disposto no artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal, que é mais específico por tratar exclusivamente da organização sindical. O artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal dispõe que: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.” Ou seja, esse dispositivo faz referência às entidades associativas de forma genérica, o que difere do caso em questão, no qual a entidade é sindical. “A comparação, aliás, do inciso III do artigo 8º da Carta Magna com a disciplina inscrita na disposição



# BOLETIM SINDICAL

constitucional do inciso XXI do artigo 5º leva à conclusão de que se o Sindicato tivesse legitimação para representar apenas os associados, quando por estes autorizado, a regra do art. 8º, inciso III, seria inócua, em face da prerrogativa ampla que a outra norma já confere, ao dispor sobre a representatividade das entidades associativas em geral” – frisou o desembargador.

(RO nº 00534-2008-134-03-00-0)

Fonte: Notícias TRT 3ª região

## **25/03/2009 - Ministro determina que cabe à Justiça do Trabalho julgar causa sobre complemento de aposentadoria**

Ao decidir sobre o Conflito de Competência (CC) 7500, o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto decidiu que questões envolvendo complementação do valor de previdência privada oferecidos a empregados são de competência da Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho, ao analisar reclamação de empregado da empresa brasileira Vale, acerca do valor da aposentadoria, remeteu os autos à Justiça comum, por entender que, em causas envolvendo complementação de aposentadoria, é irrelevante a análise da relação de emprego, o que afastaria a competência da justiça trabalhista.

Segundo aquela corte, “o litígio não guarda nenhuma coloração trabalhista, identificando-se por sua natureza eminentemente civil, visto que pela complementação de aposentadoria responde a valia, que há de responder igualmente pelo pedido deduzido de ela ser enriquecida das parcelas, deferidas

em ação anterior, sendo irrelevante que essa provenha da relação de emprego havida entre o reclamante a Vale do Rio Doce”.

A 7ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares (MG), por sua vez, entendeu que a Justiça do Trabalho é, sim, competente para analisar a questão. “O ingresso do empregado no plano de previdência complementar decorre da própria contratação, de modo que o conflito de interesse é consequência da relação de emprego, possuindo natureza trabalhista”.

Com base no artigo 120 do Código do Processo Civil, que trata do conflito de competência, o ministro Ayres Britto acompanhou o parecer do Ministério Público Federal e determinou a remessa dos autos à Justiça trabalhista, por entender que a controvérsia decorre da relação de trabalho.

Fonte Notícias STF de 25.03.2009

## **25/03/2009 - Responsabilidade solidária de empresa sucessora é limitada**

A responsabilidade solidária do sucessor não se estende aos débitos trabalhistas de empresa integrante de grupo econômico sucedido, que não foi incorporada pelo sucessor. A decisão é da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao analisar um recurso de revista apresentado pelo HSBC Bank Brasil S.A. Na prática, esse entendimento significa que o HSBC não vai ter que pagar obrigações trabalhistas de um ex-empregado da Bastec – Tecnologia e Serviços Ltda. – empresa que não foi sucedida por ele, mas que pertencia ao grupo econômico





# BOLETIM SINDICAL

do Banco Bamerindus, adquirido pelo HSBC.

A 6ª Vara do Trabalho de Curitiba e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) haviam reconhecido a responsabilidade solidária do HSBC em relação às dívidas trabalhistas do bancário da Bastec (contratado em 13/3/1995 e demitido em 17/7/1998) até a data da sucessão (em 26/3/97). O HSBC recorreu ao TST com o argumento de que é sucessor, sim, do Banco Bamerindus, mas não da Bastec – empresa com a qual o empregado tinha contrato de trabalho. Afirmou que não existe responsabilidade solidária entre ele e a Bastec, por não constituírem o mesmo grupo econômico. Por fim, esclareceu que a Bastec pertencia ao grupo do Bamerindus, mas não foi incorporada pelo HSBC. O ex-empregado, por outro lado, defendeu que o HSBC devia assumir as dívidas trabalhistas da Bastec, uma vez que adquirira as agências exploradas pelo Bamerindus, e a Bastec pertencia ao Bamerindus.

Para o relator do processo no TST, ministro Walmir Oliveira da Costa, a jurisprudência do TST admite a responsabilidade ampla do sucessor (empresa que comprou a outra), abrangendo inclusive as obrigações trabalhistas da época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida (incorporada).

No entanto, o relator destacou que esse caso era diferente, na medida em que o HSBC não incorporou a Bastec. Nessas situações, concluiu o ministro, não é possível estender a responsabilidade solidária do sucessor no que diz respeito aos débitos trabalhistas de empresa integrante do grupo econômico sucedido que não tenha sido incorporada pelo sucessor. Desse modo, o relator decidiu absolver o HSBC da condenação de pagar as dívidas trabalhistas do ex-empregado da Bastec e foi acompanhado pelos demais ministros da Primeira Turma. (RR – 17530/2002-900-09-00.1).

Fonte: Notícias TST de 25/03/2009.

## **FIQUE ATENTO**

### **Sindicatos questionam lei de município paulista que proibiu queima de cana-de-açúcar**

O Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de São Paulo (Sifaesp) e o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (Siaesp) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Cautelar (AC 2316) para suspender decisão do Tribunal de Justiça daquele estado.

O TJ-SP julgou improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 4.446/03, do município de Botucatu, no interior do estado, que proibiu as queimadas no preparo do plantio e colheita da cana-de-açúcar.

As entidades argumentam, no entanto, que a decisão contrariou a Constituição Federal e também a legislação estadual.

**Competência concorrente**, na ação, os sindicatos relatam que o artigo 24



# BOLETIM SINDICAL

da CF estabelece competência concorrente da União, estados e Distrito Federal para elaborar leis de proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

A ação argumenta que foi equivocada a interpretação da justiça estadual de que o fato de a Constituição Federal (art. 23) estabelecer como competência dos municípios a proteção ao meio ambiente permite a eles definir regras sobre o tema.

“Os municípios tem reconhecida a sua competência para agir em relação ao meio ambiente. Retenha-se competência para agir, para atuar. Não para legislar”, ressaltam.

Os sindicatos também argumentam que a Lei estadual nº 11.241/2000, que regulamentou a atividade, não proíbe a queima da cana-de-açúcar, apenas impôs critérios para que o método seja realizado. Se a lei

estadual estabelece o processo controlado da queima e permite a utilização do fogo de forma controlada, como prática agrícola de colheita, a existência de lei municipal que não permita o uso do fogo contraria aquela, afirmam.

**Etanol**, entidades alegam ainda o cultivo da cana-de-açúcar é importante para todo o país, uma vez que é a matéria-prima do etanol, uma das principais fontes de energia dos automóveis nacionais.

Apesar de reconhecer os perigos da queima para os cortadores de cana e para o meio ambiente, os sindicatos afirmam que não é possível substituir o método no momento, porque são muitas as adaptações que ainda precisam ser feitas nas fazendas e o número de colheitadeiras mecanizadas é insuficiente.

Fonte: Notícias STF 30/03/2009

## ☐ VOCÊ SABIA ??

### **Desconto da Contribuição Sindical dos Empregados**

A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão. Inexistindo sindicato, a contribuição deverá ser recolhida a Federação

correspondente à mesma categoria econômica ou profissional.

Exemplificando: Na ausência de sindicato representativo dos trabalhadores nas indústrias do vestuário na localidade onde se situa a empresa, a contribuição sindical deverá ser recolhida a favor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Estado de São Paulo.





# BOLETIM SINDICAL

A contribuição sindical será recolhida de uma só vez, no valor correspondente à remuneração de um dia de trabalho para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração.

Os empregadores são obrigados a descontar do salário dos seus empregados referente ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devidas aos respectivos sindicatos.

O recolhimento da contribuição sindical de empregados será efetuado no mês de abril de cada ano.

Importante lembrar, ainda, que os empregadores após procederem ao desconto da contribuição sindical do salário dos empregados, ficam obrigados a efetuarem o recolhimento do tributo aos cofres das instituições financeiras citadas no art. 586 da CLT, isto é, à Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do Sistema de Arrecadação dos Tributos Federais.

No caso de recolhimento da contribuição sindical fora do prazo

legal, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

As guias de recolhimento da contribuição sindical são distribuídas pelos sindicatos, juntamente com lista para indicação dos nomes dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, bem como o salário percebido no mês a que corresponder a contribuição e o respectivo valor recolhido.

O comprovante do depósito da contribuição será remetido ao respectivo sindicato e, na falta deste, à correspondente entidade sindical de grau superior e, se for o caso, ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, esclarecemos que a fiscalização quanto ao recolhimento da contribuição sindical continua a ser feita pelos Auditores-Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo em vista que dita contribuição tem natureza tributária.

**Boletim Sindical é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP**  
**Av. Paulista, 1313 – 5º andar**  
**Comentários e Sugestões: [cassind@fiesp.org.br](mailto:cassind@fiesp.org.br)**